

A RELAÇÃO ENTRE TRABALHO JUVENIL E ABANDONO ESCOLAR NO BRASIL: UMA ANÁLISE CRÍTICA

DOUGLAS MANOEL ANTONIO DE ABREU PESTANA DOS SANTOS¹

RESUMO: Este artigo examina a problemática do abandono escolar entre jovens brasileiros, com ênfase na necessidade de ingressar no mercado de trabalho. Dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que 41,7% dos jovens entre 14 e 29 anos abandonam a escola para trabalhar, representando um aumento de 1,5 ponto percentual em relação a 2022. Além disso, fatores como falta de interesse nos estudos, dificuldades familiares, ausências frequentes, reprovações e gravidez na adolescência contribuem para esse fenômeno. A distorção idade-série emerge como um fator de risco significativo para o abandono escolar. Este estudo busca compreender as inter-relações entre esses elementos e discutir estratégias para mitigar o abandono escolar no país.

PALAVRAS-CHAVE: abandono escolar, trabalho juvenil, distorção idade-série, evasão escolar, educação no Brasil.

Introdução

O abandono escolar é uma questão persistente no Brasil, com implicações profundas para o desenvolvimento socioeconômico e a equidade social. A necessidade de trabalhar é frequentemente citada como a principal razão para a evasão escolar entre jovens. Segundo dados do IBGE², 41,7% dos jovens entre 14 e 29 anos que não completaram o ensino médio apontaram a necessidade de trabalhar como o principal motivo para terem abandonado ou nunca frequentado a escola, proporção que subiu 1,5 ponto percentual em comparação com 2022.

O trabalho constitui uma das dimensões essenciais da ação humana, caracterizando-se como elemento central na dinâmica da vida individual e coletiva. Segundo Arendt³, “[...] a condição humana do trabalho é a própria vida. [...] O trabalho assegura não apenas a sobrevivência do indivíduo, mas a vida da espécie”. Essa perspectiva ressalta que a atividade laborativa transcende a

¹ UNIFESP.

² Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Uma em cada quatro mulheres de 15 a 29 anos não estudava e nem estava ocupada em 2023. **Agência de Notícias IBGE**, 22 mar. 2024.

³ ARENDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

mera subsistência, sendo fundamental para a construção de significados existenciais e sociais. Entretanto, como a autora destaca, as práticas relacionadas ao trabalho e à educação estão inseridas em um contexto histórico de constante transformação, refletindo mudanças nas condições de sobrevivência e organização das sociedades humanas.

A etimologia da palavra “trabalho” reforça sua historicidade e complexidade. Nosella⁴ aponta que o vocábulo deriva do latim *tripalium*, um instrumento de tortura utilizado na Roma Antiga. Essa origem remete a um período em que o trabalho manual, realizado majoritariamente por escravos, era desvalorizado, enquanto as elites se distanciavam das atividades produtivas. A partir dessa prática, o termo evoluiu para designar as diferentes formas de organização do trabalho ao longo do tempo, acompanhando as transformações das relações de produção nos sistemas escravista, feudal e capitalista. Assim, o trabalho se apresenta como um processo dinâmico, mediado por relações de poder e dominação que configuram as condições contextuais específicas de cada sociedade.

A centralidade do trabalho na existência humana é inegável. Ele não apenas transforma os materiais disponíveis na natureza em instrumentos de sobrevivência e riqueza, mas também organiza as estruturas sociais, econômicas, culturais e políticas. Nesse sentido, a relação entre trabalho e educação emerge como um ponto crucial para a análise das condições de vida e desenvolvimento dos indivíduos, especialmente no contexto das sociedades contemporâneas. “Educação”, derivada do termo latino *educatio*, que significa *cultivar*, se configura como um processo de transmissão e apropriação de saberes e valores, fundamentais para a formação cultural e social dos indivíduos.

Historicamente, o ato educativo foi concebido como um instrumento de reprodução cultural, transmitindo conhecimentos e valores de uma geração para outra. Entretanto, no contexto atual, essa dinâmica se complexifica, exigindo dos educadores uma superação das visões reducionistas da educação como simples instrução técnica ou moral. Como argumenta Saviani⁵, a educação deve ser compreendida como prática política, permeada por relações de poder que moldam os fins e os meios do ensinar e aprender. Essa visão é especialmente relevante quando analisamos a problemática do abandono escolar entre adolescentes que precisam trabalhar.

Por educação, considera-se três coisas:

1. Educação intelectual;

4 NOSELLA, P. Do *tripalium* da escravatura ao labor da burguesia. In: GOMEZ, C. M.; FRIGOTTO, G. et al. **Trabalho e conhecimento**: dilemas na educação do trabalhador. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

5 SAVIANI, D. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETTI, C. J. et al. (Org.). **Novas tecnologias, trabalho e educação**. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

2. Educação corporal, tal como é produzida pelos exercícios de ginástica e militares;
3. Educação tecnológica, abrangendo os princípios gerais e científicos de todos os processos de produção, e ao mesmo tempo iniciando as crianças e os adolescentes na manipulação dos instrumentos elementares de todos os ramos de indústria. A divisão das crianças e dos adolescentes em três categorias, de 9 a 18 anos, deve corresponder um curso graduado e progressivo para a sua educação intelectual, corporal e politécnica. Os custos destas escolas politécnicas devem ser em parte cobertos pela venda das suas próprias produções.⁶

O abandono escolar para ingressar no mercado de trabalho constitui um fenômeno multifacetado, que reflete a tensão entre as exigências econômicas e as demandas educativas. Jovens trabalhadores, frequentemente oriundos de contextos socioeconômicos vulneráveis, enfrentam o desafio de conciliar a necessidade de contribuir para a renda familiar com a continuidade dos estudos. Essa dinâmica reforça a reprodução das desigualdades sociais, uma vez que o acesso limitado à educação compromete as possibilidades de ascensão social e profissional desses indivíduos.

A inserção precoce no mercado de trabalho não apenas limita o tempo e a energia disponíveis para o aprendizado formal, mas também evidencia a fragilidade das políticas públicas voltadas para a proteção social e a inclusão educacional. É nesse cenário que se torna imprescindível repensar as relações entre trabalho e educação, reconhecendo a necessidade de políticas integradas que garantam o direito à educação de qualidade, mesmo em contextos de vulnerabilidade econômica.

Neste sentido, o trabalho e a educação, enquanto categorias fundamentais da existência humana, revelam-se profundamente interligados. A compreensão histórica dessas dimensões, nos permite problematizar as condições contemporâneas em que jovens trabalhadores abandonam a escola para ingressar no mercado de trabalho. Essa problemática exige a articulação de estratégias políticas, educacionais e sociais que reconheçam e promovam a educação como um direito inalienável, capaz de transformar as condições de vida e fortalecer a cidadania de todos os indivíduos.

A escola, enquanto instituição social, desempenha um papel central na reprodução das relações sociais capitalistas, funcionando como um dos principais aparelhos ideológicos do Estado. Conforme analisa Maurício Tragtenberg⁷, suas funções transcendem a simples transmissão de saberes, sendo articuladas à manutenção e perpetuação das desigualdades estruturais do sistema. No contexto capitalista, a escola opera para formar a força de trabalho necessária à dinâmica produtiva, inculcar a ideologia hegemônica, reproduzir

⁶ MARX, K.; ENGELS, F. **Crítica da educação e do ensino**. Lisboa: Moraes, 1978.

⁷ TRAGTENBERG, M. A educação como organização complexa. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 39, n. 142, p.183-202, jan.-mar., 2018.

materialmente a divisão em classes e sustentar as condições ideológicas das relações de dominação. Essas funções interligadas garantem a estabilidade e a reprodução ampliada do capital, refletindo as demandas do mercado e das elites econômicas.

Uma das funções primárias da escola é qualificar a mão de obra para o mercado, atendendo às exigências técnicas e disciplinares impostas pela lógica capitalista. O currículo e as práticas pedagógicas são estruturados para preparar indivíduos a ocupar posições predeterminadas na hierarquia social e econômica, muitas vezes limitando o potencial emancipatório da educação. Paralelamente, a escola desempenha um papel fundamental na transmissão da ideologia dominante, naturalizando desigualdades e promovendo valores como meritocracia, competitividade e conformismo. Esses valores são incorporados pelos indivíduos por meio das práticas escolares, perpetuando a aceitação das relações de poder vigentes.

Além disso, a escola reflete e reforça a divisão de classes, proporcionando formações distintas para diferentes segmentos sociais. Enquanto as elites têm acesso a uma educação que estimula o pensamento crítico e a autonomia, a maioria da população é submetida a um ensino técnico e funcional, voltado exclusivamente para a inserção no mercado de trabalho em posições subalternas. Essa reprodução material da desigualdade é uma das marcas do sistema capitalista, em que o acesso ao conhecimento é condicionado pelas estruturas de poder e renda. Complementarmente, a escola contribui para a manutenção das condições ideológicas de dominação, ao moldar os sujeitos para aceitar sua posição social como algo natural e imutável, minando a possibilidade de contestação social.

Embora Tragtenberg⁸ evidencie o caráter reprodutivo da escola, é necessário reconhecer que essa instituição também possui uma contradição intrínseca. Historicamente, a educação desempenhou um papel relevante no desenvolvimento das forças produtivas, promovendo avanços científicos, tecnológicos e culturais. Ademais, a escola tem o potencial de ser um espaço de resistência e transformação, onde sujeitos críticos podem emergir e questionar as estruturas de dominação. Movimentos pedagógicos, como o de Paulo Freire, demonstram que a educação pode transcender seu papel funcional ao sistema, tornando-se uma ferramenta de emancipação e justiça social.

No contexto contemporâneo, marcado pela intensificação das lógicas neoliberais, a mercantilização da educação reforça as funções apontadas por Tragtenberg. A escola é cada vez mais tratada como um espaço de treinamento técnico, atendendo exclusivamente às demandas do mercado e negligenciando sua dimensão humanística e crítica. Essa tendência aprofunda as desigualdades, restringe o acesso ao conhecimento e limita a capacidade da educação de promover transformações sociais significativas.

⁸ Ibidem.

Assim, é imperativo resgatar o potencial emancipatório da escola, tensionando suas práticas e finalidades. É necessário que a educação ultrapasse sua função de reprodução social e se constitua como um espaço de formação crítica e política, capacitando os indivíduos a compreenderem e agirem sobre as condições sociais em que estão inseridos. O compromisso com uma educação transformadora exige esforços políticos e pedagógicos para romper com as lógicas de exclusão e dominação, ressignificando o papel da escola na construção de uma sociedade mais justa, equitativa e democrática. Dessa forma, a contradição da escola como espaço de reprodução e de transformação pode ser explorada em prol de um projeto educativo emancipatório que desafie e transcenda as limitações impostas pelo sistema capitalista.

Fatores contribuintes para o abandono escolar

A prática educativa está profundamente enraizada nas contingências políticas e sociais de cada período histórico, sendo moldada pelas condições específicas de cada época. De acordo com Severino⁹, ao se analisar o contexto histórico das práticas humanas voltadas para a educação, é possível identificar três concepções pedagógicas principais: a essencialista, a naturalista e a histórico-social. Cada uma dessas concepções oferece uma perspectiva distinta sobre o papel da educação e sua relação com o ser humano e a sociedade.

A concepção essencialista fundamenta-se na ideia de que o ser humano possui uma essência ideal e inata, que deve ser desenvolvida e aperfeiçoada pela educação. Sob essa perspectiva, a prática educativa é entendida como um processo de adaptação do educando a essa essência preexistente, visando alcançar a perfeição. Essa visão, de caráter metafísico, atribui à educação o papel de realizar valores universais e absolutos, imutáveis ao longo do tempo. Historicamente, tal concepção influenciou fortemente a educação jesuítica e predominou em períodos como a Antiguidade Clássica Greco-Romana e a Idade Média. Nessa abordagem, a educação atua como um meio para conformar o indivíduo a padrões ideais, ignorando, em grande medida, as particularidades históricas e sociais.

Em contraposição, a concepção naturalista desloca o foco para as características biológicas do ser humano, concebendo-o como um organismo regido pelas leis da natureza. Nessa visão, o ser humano é percebido como passivo e receptivo às determinações externas, sendo a razão uma extensão natural dessas leis. O conhecimento, por sua vez, é valorizado como resultado da experiência empírica, permitindo ao indivíduo compreender a si mesmo e o mundo ao seu redor. A educação, nessa perspectiva, é concebida como um processo de desenvolvimento das potencialidades físico-biológicas e sociais do indivíduo, alinhando-o às leis naturais que regulam a vida. Pensadores
⁹ SEVERINO, A. J. **Filosofia da educação**: construindo cidadania. São Paulo: FTD, 1994.

como Roger Bacon, John Locke, David Hume, Immanuel Kant, Isaac Newton e Auguste Comte foram fortemente influenciados por essa abordagem, que enfatiza a importância do empirismo e da adaptação às condições naturais.

Assim, a concepção histórico-social emerge como uma tentativa de superar as limitações das perspectivas essencialista e naturalista. Essa visão reconhece o ser humano como um ser histórico, cuja existência não é predefinida nem regida exclusivamente pelas leis da natureza. Pelo contrário, considera que o indivíduo é um agente ativo, que constrói sua existência por meio do trabalho e das relações sociais. Nessa perspectiva, a educação não se limita a moldar o indivíduo segundo uma essência ideal ou adaptá-lo às leis da natureza, mas o posiciona como protagonista na construção de sua própria história e na transformação das condições sociais. A interação e a coletividade assumem um papel central, reconhecendo a educação como um processo dinâmico, integrado às práticas sociais e políticas.

Assim, as três concepções apresentadas por Severino¹⁰ refletem diferentes compreensões sobre a educação e sua função na formação humana. Enquanto a visão essencialista prioriza a realização de uma essência ideal e a naturalista foca na adaptação às leis naturais, a perspectiva histórico-social se destaca ao posicionar o ser humano como criador de sua trajetória histórica e agente de transformação social. Essa última abordagem se mostra especialmente relevante no contexto contemporâneo, ao enfatizar a importância da educação como ferramenta para a construção de sujeitos autônomos, críticos e capazes de intervir ativamente na realidade.

A interseção entre trabalho juvenil e abandono escolar revela uma complexa teia de fatores socioeconômicos e culturais. A necessidade de trabalhar, embora compreensível em contextos de vulnerabilidade econômica, compromete o desenvolvimento educacional e profissional dos jovens. A distorção idade-série agrava essa situação, criando um ciclo vicioso de reprovações e desmotivação. Políticas públicas que abordem essas questões de forma integrada são essenciais para reverter esse quadro.

O capitalismo em volta da escola implicada pelo trabalho

[...] a relação entre trabalho e educação é uma relação de identidade. Os homens aprendiam a produzir sua existência no próprio ato de produzi-la. Eles aprendiam a trabalhar trabalhando. Lidando com a natureza, relacionando-se uns com os outros, os homens educavam-se e educavam as novas gerações. A produção da existência implica o desenvolvimento de formas e conteúdos

¹⁰ Ibidem.

cuja validade é estabelecida pela experiência, o que configura um verdadeiro processo de aprendizagem.¹¹

A relação entre trabalho e educação, no contexto do capitalismo, suscita uma reflexão crucial: qual é o papel social da escola em meio às demandas e contradições desse sistema econômico? Historicamente, o trabalho foi a base para a produção de instrumentos, cultura e tecnologia, constituindo-se como um elemento essencial da existência humana. A educação estava originalmente integrada ao trabalho, sendo um processo natural de transmissão de saberes diretamente relacionado à sobrevivência e à transformação da natureza. Entretanto, com o advento do capitalismo, a escola passou a assumir uma função distinta, refletindo as mudanças nos modos de produção e nas relações sociais.

No capitalismo, o papel social da escola é mediado pelas demandas de qualificação da força de trabalho, necessárias à manutenção do sistema produtivo. Essa função é consolidada pela “Teoria do Capital Humano”, que posiciona a educação como uma ferramenta estratégica para o desenvolvimento econômico. Nesse contexto, a escola desempenha um duplo papel: por um lado, contribui para a formação de mão de obra técnica e especializada; por outro, reproduz as desigualdades estruturais do sistema capitalista. A educação escolar torna-se, assim, uma peça funcional no mecanismo econômico, ao mesmo tempo em que incorpora as contradições do sistema.

A institucionalização da escola como espaço formal de ensino reflete a separação histórica entre trabalho manual e intelectual. Vale destacar que, desde o escravismo, essa divisão resultou em duas modalidades distintas de educação: uma voltada para os proprietários, privilegiando o desenvolvimento intelectual e cultural, e outra destinada aos trabalhadores, restrita ao aprendizado prático no próprio trabalho. Com o avanço do capitalismo, essa divisão foi exacerbada, com a escola sendo utilizada como instrumento de formação técnica e disciplina social, enquanto a educação crítica e emancipatória permanece acessível a uma elite econômica e intelectual.

Entretanto, a escola também possui um papel social potencialmente transformador. Apesar de estar implicada nas contradições do capitalismo, ela pode ser um espaço de resistência e questionamento das desigualdades sociais. Ao proporcionar acesso ao conhecimento historicamente acumulado e estimular o pensamento crítico, a escola tem o potencial de capacitar os indivíduos a compreenderem as condições estruturais em que vivem e a agirem para transformá-las. Nesse sentido, o papel social da escola não se limita à formação de mão de obra, mas envolve a construção de sujeitos autônomos, capazes de questionar e reconfigurar as relações de trabalho e as estruturas sociais.

Portanto, o papel social da escola, em meio ao capitalismo, está diretamente implicado pelo trabalho e pelas demandas do sistema econômico, mas

¹¹ SAVIANI, D. Op. cit.

não pode ser reduzido a essas funções. É necessário reimaginar a escola como um espaço que vá além da reprodução das condições existentes, para se tornar um agente ativo na promoção de uma sociedade mais justa e equitativa. Isso requer uma abordagem educativa que reconheça as contradições do capitalismo e proponha práticas pedagógicas que combinem o desenvolvimento técnico com a formação crítica e emancipatória, resgatando a dimensão ontológica e transformadora do trabalho na formação humana.

No capitalismo, a educação ocupa uma posição paradoxal: ao mesmo tempo em que é essencial para a reprodução e manutenção do sistema, ela também carrega o potencial de subvertê-lo. A relação entre capitalismo e educação é profundamente marcada pela instrumentalização do ensino como meio de produção e de controle social, evidenciando as contradições inerentes ao sistema.

O papel da educação no capitalismo, conforme argumentado, não é neutro ou desvinculado das relações de poder e dominação. Pelo contrário, a educação é utilizada como um instrumento para a reprodução das estruturas sociais e econômicas dominantes. Nesse contexto, o sistema educativo desempenha uma função funcionalista ao preparar indivíduos para ocupar posições na estrutura burocrática do Estado e na economia capitalista, moldando-os para atender às demandas do mercado de trabalho. Essa lógica transforma a educação em uma mercadoria, subordinada às dinâmicas de lucro e acumulação de capital, desvirtuando seu potencial emancipatório.

A mercantilização da educação é uma característica marcante das sociedades contemporâneas. Ao ser tratada como um produto a ser consumido, a educação se torna acessível de maneira desigual, reforçando as exclusões sociais e econômicas. Não é interesse do capitalismo promover uma educação pública, gratuita e universal, pois isso contraria a lógica de mercado que exige a segmentação e a hierarquização do acesso ao conhecimento. Assim, a educação, em vez de ser um direito humano fundamental, é transformada em um privilégio, com a qualidade e o alcance do ensino variando de acordo com a capacidade econômica dos indivíduos.

A globalização capitalista exacerba essas dinâmicas, ao promover uma formação profissional cada vez mais técnica, individualista e competitiva. Sob essa perspectiva, o objetivo da educação se restringe à capacitação para o mercado de trabalho, negligenciando aspectos essenciais como a formação humanística, a valorização do espaço público e o estímulo ao pensamento crítico. Essa abordagem utilitarista da educação desconsidera o desenvolvimento integral dos indivíduos e a necessidade de formar cidadãos conscientes e engajados na construção de uma sociedade mais justa.

No entanto, a redução da educação a um instrumento de reprodução do capitalismo não elimina sua capacidade transformadora. Mesmo inserida nas contradições do sistema, a educação pode ser um espaço de resistência e de

emancipação. Ao estimular o pensamento crítico, a reflexão ética e a valorização da dimensão coletiva da existência humana, a educação pode desafiar as lógicas de exclusão e dominação impostas pelo capitalismo. Para isso, é necessário promover um modelo educacional que transcenda a lógica mercadológica, priorizando o acesso universal, a diversidade e a formação de sujeitos autônomos e críticos.

Portanto, a educação no capitalismo cumpre uma função estrutural e ideológica, mas também carrega o potencial de subversão. Reconhecer suas contradições e limitações é o primeiro passo para resgatar seu papel como instrumento de transformação social. Nesse sentido, o desafio contemporâneo é reimaginar uma educação que não apenas reproduza o sistema dominante, mas que contribua para a construção de uma sociedade mais equitativa e solidária, rompendo com a mercantilização e colocando o desenvolvimento humano no centro de suas prioridades.

É preciso lançar luz sobre as infâncias às voltas com o mundo do trabalho

É urgente reconhecer que o trabalho infantil continua a ser uma grave violação dos direitos humanos e uma manifestação estrutural das desigualdades econômicas e sociais, especialmente em países como o Brasil. Embora tenham sido registrados avanços no combate a essa prática nas últimas décadas, os números ainda são alarmantes. Segundo levantamento do Todos Pela Educação, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2015, 2,5 milhões de crianças e jovens permanecem fora da escola, enquanto cerca de 2,7 milhões de crianças e adolescentes trabalham, dos quais 2 milhões estão na faixa etária de 14 a 17 anos. Esses dados revelam não apenas a persistência do problema, mas também suas múltiplas implicações, que vão desde a evasão escolar até a perpetuação de ciclos intergeracionais de pobreza e exclusão.

O vínculo entre o trabalho infantil e a evasão escolar é inegável. Crianças e adolescentes que ingressam precocemente no mercado de trabalho frequentemente enfrentam jornadas exaustivas que comprometem sua frequência e desempenho escolar. Estudos indicam que, em casos de jornadas de 36 horas semanais, a evasão escolar pode chegar a 40%, enquanto o rendimento acadêmico pode cair entre 10% e 15%. Além disso, o desinteresse pelos estudos, agravado pelas condições de trabalho, reduz significativamente as chances de essas crianças romperem com o ciclo de pobreza. Como observa o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, a entrada precoce no mercado de trabalho resulta em rendimentos mais baixos ao longo da vida adulta e dificulta a conquista de empregos dignos.

O trabalho infantil reflete dinâmicas históricas de exploração que penalizam principalmente populações já vulnerabilizadas. No Brasil, os grupos mais atingidos incluem crianças e adolescentes afrodescendentes, indígenas, quilombolas e com deficiência, evidenciando a sobreposição de vulnerabilidades em um sistema que perpetua a exclusão social. Esses grupos, além de sofrerem com a marginalização, enfrentam barreiras significativas para acessar políticas públicas de educação e proteção, o que reforça a reprodução de desigualdades estruturais.

No contexto contemporâneo, marcado pela globalização e pela intensificação do capitalismo, a educação também é impactada pelas exigências do mercado de trabalho. A formação escolar, muitas vezes reduzida a uma perspectiva técnica e utilitarista, prioriza a qualificação da mão de obra para atender às demandas econômicas, em detrimento de uma formação integral, crítica e humanística. Essa abordagem não apenas compromete o desenvolvimento pleno dos indivíduos, mas também desvaloriza o papel da educação como ferramenta de emancipação social. A educação se torna, assim, um reflexo das contradições do sistema capitalista, em que o acesso ao conhecimento e às oportunidades é profundamente desigual.

No entanto, é importante destacar que, embora a educação no capitalismo frequentemente atenda aos interesses do mercado, ela também pode ser um espaço de resistência e transformação. Políticas públicas que integrem a erradicação do trabalho infantil e o combate à evasão escolar são fundamentais para romper o ciclo de pobreza e exclusão. Como argumenta Maria Rehder, coordenadora da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, é necessário adotar uma abordagem intersetorial, que envolva diagnósticos locais, articulação entre secretarias municipais e valorização da educação como direito fundamental. Tais ações precisam ser acompanhadas de políticas redistributivas e de fortalecimento da rede pública de ensino, garantindo acesso universal e de qualidade para todos.

A pandemia de covid-19 agravou ainda mais o problema do trabalho infantil e da exclusão escolar, revelando a fragilidade das políticas de proteção social no Brasil. Durante o período pandêmico, milhões de crianças ficaram sem acesso às aulas presenciais, e muitas foram forçadas a trabalhar para complementar a renda familiar. Esse cenário não apenas expôs a desigualdade no acesso à educação digital, mas também aprofundou as dificuldades de permanência escolar para os mais vulneráveis. A retomada do debate sobre a erradicação do trabalho infantil deve, portanto, considerar os novos desafios impostos por crises como a pandemia e suas consequências econômicas.

Além disso, o contexto atual exige um olhar mais atento para as condições de trabalho de adolescentes em atividades consideradas legais, como a aprendizagem profissional. Embora programas como a Lei da Aprendizagem sejam vistos como alternativas ao trabalho infantil, é crucial garantir que esses

programas sejam acompanhados de condições dignas e compatíveis com o desenvolvimento educacional e social dos jovens.

Com isso, é essencial questionar as bases estruturais que sustentam o trabalho infantil e a exclusão escolar. Como aponta João Henrique Nascimento Dias, o Brasil historicamente optou por modelos econômicos que sacrificam grandes parcelas da população em nome de um crescimento desigual. Romper com essa tradição exige um compromisso renovado com a justiça social, que reconheça a educação como direito inalienável e condição indispensável para a construção de uma sociedade mais equitativa. Assim, a luta contra o trabalho infantil e pela universalização da educação não deve ser vista apenas como uma questão de políticas públicas, mas como um imperativo ético e humano.

À guisa de (in)conclusão

O abandono escolar motivado pela necessidade de trabalhar é uma questão estrutural que revela as profundas desigualdades sociais e econômicas da sociedade brasileira. A precariedade das condições de vida de milhões de famílias, marcada por insegurança alimentar, falta de acesso a direitos básicos e vulnerabilidades históricas, empurra crianças e adolescentes para o mercado de trabalho em um ciclo que perpetua a exclusão e a pobreza intergeracional. Essa realidade exige que o campo educativo reorientar seu foco, não apenas para a formação técnica ou acadêmica, mas também para a garantia de direitos fundamentais, reconhecendo as múltiplas dimensões que configuram a vida dos sujeitos.

A escola, enquanto espaço educativo, deve transcender seu papel tradicional de instrução e funcionar como um ambiente acolhedor e transformador, capaz de dialogar com as necessidades e condições concretas dos estudantes. Para isso, é urgente o desenvolvimento de políticas públicas que integrem educação, assistência social, saúde e segurança alimentar. A inseparabilidade entre esses campos deve ser o eixo central de estratégias voltadas para enfrentar o abandono escolar e o trabalho infantil. A ausência de políticas intersetoriais aprofundará a exclusão e comprometerá o futuro de milhões de jovens.

É essencial reconhecer que o sujeito no campo educativo não é um ser isolado, mas está inserido em um contexto que influencia diretamente suas possibilidades de permanência e sucesso escolar. Problemas como a distorção idade-série, o desinteresse pelos estudos e situações específicas, como gravidez na adolescência, são frequentemente sintomas de condições de vida adversas que não podem ser ignoradas. A fome, o trabalho precoce e a falta de perspectivas não apenas retiram os jovens das escolas, mas também os afastam de seu direito fundamental à educação como prática emancipatória.

Diante desse cenário, torna-se imperativo resgatar uma abordagem holística e inclusiva que valorize a escola como espaço de pertencimento e oportunidade. Isso passa pela implementação de programas que garantam segurança alimentar para estudantes e suas famílias, pela ampliação da rede de proteção social e pela oferta de modalidades educativas flexíveis, capazes de atender à diversidade de realidades e demandas dos jovens.

A inclusão dos sujeitos no campo educativo, em sua integralidade, deve ser o ponto de partida para romper com a lógica que naturaliza a exclusão e o abandono. A educação precisa ser funcional, não apenas para o mercado de trabalho, mas para o desenvolvimento pleno do ser humano, promovendo autonomia, senso crítico e a capacidade de transformação social. Esse movimento não é apenas uma demanda ética, mas uma condição indispensável para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e capaz de oferecer um futuro digno às próximas gerações.

Portanto, o enfrentamento do abandono escolar e do trabalho precoce não é uma tarefa exclusiva da escola, mas um compromisso coletivo que envolve todos os setores da sociedade. É necessário agir com urgência para garantir que as crianças e os adolescentes possam permanecer nas escolas, não como uma imposição, mas como resultado de políticas que assegurem suas condições básicas de vida e reconheçam sua humanidade em toda a complexidade que ela exige. Somente assim será possível reverter o quadro atual e construir um sistema educativo verdadeiramente inclusivo e transformador.